

Debate

Alfredo Bruto da Costa

Estamos exactamente na hora de iniciar o debate. Aqueles que tiveram a paciência de estar connosco desde as três da tarde, já ouviram de tudo relacionado com o desenvolvimento, ou com outros colaterais ou relacionados. E, portanto, é uma dificuldade óbvia desta mesa extrair linhas de orientação para orientar um debate, de maneira que nós, e eu assumo não orientar esse debate a não ser do ponto de vista meramente burocrático, de dar a palavra a quem quiser intervir. O debate está aberto, sobre aquilo que ouvimos hoje.

Eduardo Pereira Marques

Eu tenho várias áreas, por um lado trabalho na área da saúde, por outro lado, na Confederação das Colectividades e, por outro lado, sou eleito municipal e estas questões do desenvolvimento preocupam-me bastante. Quando se fala de pobreza fala-se de caracterização a nível nacional, mas se considerarmos o salário médio europeu e quantos portugueses vivem abaixo de 60% do salário médio europeu.

(...)

sobre o desenvolvimento local, tenho procurado isto e tenho tido acesso a vários documentos sobre estes assuntos, estou a falar da Carta de Aalborg. Penso que é um documento que dá indicações precisas sobre o que fazer. Não estamos a falar em intenções vagas, mas acções precisas do que fazer. Em Portugal e eu sendo deputado municipal não tinha conhecimento disso, tive que ir a França para ter conhecimento disso, trabalhando num movimento social e tendo participado no Fórum Social não tive conhecimento desses documentos portanto acho que há falhas importantes a nível da circulação de informação que impossibilitam não só as organizações mas muito mais os cidadãos.

A Declaração de Lisboa de 1996 e uma conferência, a Habitat2, em 96 que não foram mencionadas, mas penso que têm documentos importantes e houve novamente em Aalborg 10 anos depois onde foram reafirmados princípios importantes de desenvolvimento, com uma carta precisa que urge discutir.

Particpei pela Confederação das Colectivas no desenvolvimento de um observatório nacional de desenvolvimento local em que a Caritas, a Animar, a Confederação das Colectividades, várias federações nacionais se reuniram para tentar trabalhar nisto. Mas também até aí não tinha ouvido falar desta unidade de missão do desenvolvimento local que penso que existe, porque os relatórios apontam que nos países em que não existe uma entidade nacional com função de mobilizar este processo, os processos arrastam-se muito mais e é preciso evitar a institucionalização do processo.

Os processos apontam para o desenvolvimento da sociedade civil, para que de facto haja visibilidade destes processos e se de facto se corre o risco de certas abordagens se ficarem por uma abordagem institucionalizada como atenção aos PDM, ficam lá nos gabinetes para serem discutidos e as populações não sabe que estão para ser discutidos.

Falou-se aqui do Estado português e das corporações, e eu acho que intervenção que foi feita foi um bocado ofensiva. O ministro da Saúde é de uma corporação, mas não é uma corporação profissional, é de uma corporação

financeira. Os ministros que têm estado nos ministérios são ligados a grupos económicos e financeiros, e isto é que tem de ser dito. Os profissionais apesar de tudo o que se considera nos relatórios mundiais sobre a situação da saúde em Portugal é que os investimentos, foram muito abaixo dos resultados conseguidos, que houve uma elevadíssima produtividade nacional do investimento feito. Estamos no 12.º lugar a nível da produtividade do investimento, e isso deve-se às corporações dos profissionais. Eu acho que foi ofensivo o que foi dito aqui e queria que ficasse marcado. O problema foi a promiscuidade entre sectores privados com fins lucrativos na saúde, com os sectores que têm investido alguma coisa e conseguiram resultados notáveis e o nosso nível de saúde é muito acima do nosso nível de riqueza europeu.

Acho que são injustas estas tentativas de criticar tudo o que é feito pelo Estado, quando o Estado com os defeitos e com as possibilidades que tem, mesmo assim é um factor importante de protecção em relação a estas questões.

Manuela Magno

Não sei se é importante ou não dizer o que faço, mas sou professora na Universidade de Évora. Infelizmente, como há imensa coisa interessante a decorrer ao mesmo tempo, só ouvi um bocadinho da penúltima intervenção e a última intervenção. E embora a pessoa que a fez já cá não esteja, o que é pena, é lamentável. Eu gostaria de dizer que quem falou é extremamente atraente, quer lê-lo, quer ouvi-lo, embora sempre no fim não possa concordar, com aquilo que oiço e com aquilo que leio, e é muita pena que ele tenha saído, porque é grave este tipo de discurso que Portugal, é uma porcaria, que os portugueses são uma porcaria.

É que é grave isto, obviamente a pessoa que falou deve pensar que é o único que não é porcaria, e portanto ele é professor universitário, mas critica da maneira que critica tudo o que tem a ver com o ensino superior, e não só o ensino superior. E tenho imensa pena que ele não esteja aqui. Não sei por exemplo se ele viveu fora, não sei se viveu fora de Lisboa, não sei o que conhece de Portugal e não é só ofensivo o que disse na última parte, é ofensivo quando põe tudo no mesmo prato, tudo na mesma balança. Acho que foi um discurso um bocadinho fora de contexto. Muito obrigado.

Interveniente não identificado

Para além do que já expus na minha comunicação, para além de ser a minha opinião pessoal e, tendo em conta digamos 35 anos ligado ao movimento associativo. Alguns acharam isto estranho mas comecei no movimento associativo com 15 anos e comecei a aprender música no movimento associativo. E um dia, um dos dirigentes teve que ir para a Guerra Colonial e ficámos sem orientador, lá da nossa secção e então propuseram-me que ficasse interinamente a tomar conta da secção de música.

E pronto. Até hoje tenho estado ligado ao movimento associativo, estou inteiramente convencido que se não tivesse passado por esta experiência de movimento associativo não seria a pessoa que sou hoje, seria completamente diferente, e digo isto para vos deixar a seguinte nota: preocupa-me que numa sessão como esta aquilo que tem a ver com questões de ordem cultural e a importância que a cultura tem, nomeadamente a cultura popular, tenham tido

uma expressão tão reduzida e penso mesmo que não tivesse feito a intervenção que fiz, provavelmente nem teria sido abordada.

Houve um peso muito grande neste painel que tem a ver essencialmente com as questões ambientais, o que aliás acho que se justificam inteiramente. Queria dizer ainda que me preocupa que a nossa reflexão e a reflexão que se está a fazer neste I Congresso da Democracia, que eu saúdo plenamente, que esta reflexão não consiga ir um pouco mais longe e estamos no princípio do congresso. Naturalmente, mas estou aqui a pensar como é que os nossos concidadãos vão ter acesso, como é que eles vão saber as questões que estamos aqui a debater. E portanto, gostaria, se fosse possível, alguém da organização me dissesse como é que a população, o povo em geral, as pessoas interessadas podem ter acesso a estas conclusões. E digo isto porque nós, movimento associativo em que eu me insiro, reflectimos com regularidade, debatemos com regularidade, tomamos iniciativas com regularidade, mas depois porque talvez somos pouco corporativistas, não temos acesso aos grandes meios de comunicação social.

E como disse há pouco, os dirigentes associativos voluntários só nas colectividades recreativas e de desporto são mais de 234 mil, então como é possível 30 anos depois do 25 de Abril, continuarmos a não ter visibilidade nos grandes meios de comunicação social. E há no entanto pequenos grupos, micro-grupos sociais, que por uma ou outra razão têm muito mais projecção que este grande movimento que aqui de alguma forma represento.

Para terminar, gostava também de deixar não digo protesto, mas uma surpresa desagradável, pela intervenção do professor João César das Neves que se eu de alguma forma estou de acordo com ele, no que respeita a uma certa elite política, que eu creio que não se pode generalizar e dizer a elite política é toda má, porque eu acho que isso é estar a atribuir a todos que se ocupam da causa pública, é colocá-los todo no mesmo plano.

E um dia destes ouvia de um deputado da Assembleia da República, uma coisa que acho interessante, alguém dizia que todos os partidos são iguais, que os políticos são todos iguais e ele dizia, por favor, não digam que eu sou igual aos outros 229, porque sou diferente dos outros 229 de certeza absoluta e somos todos diferentes uns dos outros.

Eu acho que ainda que haja algum desencanto com alguma certa parte das elites políticas, eu creio que dizer que este povo não merece melhor e que este povo também não presta, eu acho que é exagerado, desacertado e deixo aqui também a minha recomendação para que não fique nas conclusões do ponto de vista positivo esta afirmação.

Se o professor César das Neves aqui estivesse, como é evidente eu faria a mesma intervenção que estou a fazer e teria o maior prazer em debater isto. Se veio no sentido de fazer uma provocação para nos deixar aqui enrolados com o assunto chato conseguiu se era esse o objectivo.

António Costa

O meu nome é António Costa, sou professor do Instituto Superior Técnico, mas não vou falar sobre assuntos de educação, vou tocar fundamentalmente em dois pontos que já foram tocados pelo orador anterior, sobre o movimento associativo.

Como ele afirmou na sua intervenção, é notável como o movimento associativo foi uma escola de democracia durante o fascismo. Eu neste

momento sou dirigente associativo desportivo do Clube Nacional de Nataçã e estou a fazer a revisã dos estatutos da colectividade, e uma das coisas interessantíssimas que se observa nos estatutos é o seu extremo cuidado em garantir os direitos de todos os associados, a actividade dirigente totalmente controlada pela massa associativa, etc. Isto foi extremamente importante e foi de facto uma escola de democracia, como foram escolas de democracia outras coisas como o movimento associativo estudantil e coisas desse género. Parece-me a mim que entretanto que este movimento tem pouca visibilidade e falta-lhe condições materiais de se afirmar.

Nunca se fez um levantamento exaustivo de todas as necessidades das muitas colectividades populares que existem espalhadas e que algumas delas estã a viver em condições terríveis. E ainda bem que já temos o estatuto de dirigente associativo, mas isso só não é suficiente, é preciso que as colectividades tenham condições melhores, porque as condições alteraram-se nos últimos 40 anos.

Eu quando entrei no meu clube, as condições eram umas e hoje sã completamente diversas, portanto é preciso ter isso em atençã, estudar o que é que mudou, seria um estudo que daria um trabalho interessante. E é preciso saber o que materialmente é necessário.

Portanto, sobre esta questã terminava e só queria fazer um comentário à intervençã do professor João César das Neves, como professor universitário acho que ele deu um mau exemplo, na justa medida que nós temos a obrigaçã de quando fazemos afirmações, justificar cabalmente e ele fez uma afirmaçã que é muito interessante para criar alguma hilaridade mas não tem qualquer fundamentaçã, portanto nem a temos que a considerar. Quer se dizer é impróprio de um universitário comportar-se como ele fez.

Alfredo Bruto da Costa

Posso pedir a palavra mas agora como participante. Eu acho que está aqui o general Garcia dos Santos que tem a incumbência de transmitir amanhã o que aqui se passou ao plenário. Eu devo dizer que ficaria com uma pena muito grande se saíssemos desta sessã e deste Congresso sem alguma coisa que fosse um estímulo para o país dar um passo em frente. E penso que a forma como esta sessã correu não se presta muito a isso, e queria ver se conjuntamente com todos seria possível dar uma ajuda, uma achega ao nosso general para que amanhã possa dizer qualquer coisa nesta linha, que este Congresso está aqui a empurrar o país a dar um passo em frente. Evidentemente para progredirmos temos de ter consciência das nossas insuficiências, e aqui eu queria dizer uma coisa que me preocupa faz bastante tempo, e sobre a qual venho reflectindo e para bem ou para mal, não é sequer uma originalidade nacional, é um problema europeu geral.

E um problema europeu geral é que a vida política caiu em descrédito, não está em causa dizer que todos os políticos não prestam. Eu tenho aqui uma política à minha direita que evidentemente sabe, discordo ou concordo com ela, que uma acusaçã desta não lhe cabe. Bem sabemos, conhecemos outros mas há pontos importantes que se colocam ao modo de fazer política.

Primeiro ponto: a opiniã pública não sente que a política seja motivada pelo interesse, pela causa comum. Este é um ponto que penso que é claro entre nós, basta ver uma discussã política na televisã, basta ver algumas

discussões políticas na própria Assembleia da República, que às vezes dá vontade de chorar e perguntar o que é que aquilo que estão a discutir tem a ver com o dia a dia do povo português? Mas já tenho assistido a discussões na televisão em que esta pergunta me surge com uma clareza, com uma nitidez agressiva, digo que filósofos da filosofia política franceses queixam-se da mesma coisa em relação a França.

Segundo ponto: o distanciamento dos políticos em relação aos eleitores. Este é um segundo problema que não tem a ver com os políticos mas com o sistema político. Recordo-me perfeitamente que na Inglaterra qualquer deputado tem a obrigação de pelo menos uma vez se confrontar com a sua *constituency*, onde qualquer cidadão os pode questionar, sobre qualquer coisa que tenha feito ou não tenha feito como deputado. Portanto é prestar contas.

Terceiro ponto ainda mais grave e que tem que ver com o tema directo deste Congresso: é tudo isto acabar por desembocar no descrédito da própria democracia. E portanto, os aspectos que foram aqui focados, o associativismo é um exemplo, alguma referência feita à democracia participativa por alguns oradores, são complementos indispensáveis da democracia representativa que hoje estão adquiridos. Podemos ter ideias diferentes como fazê-lo e qual o grau em que se deve entrar pelo conceito de democracia participativa, etc., mas que a democracia representativa tem de ser completada de alguma forma pela democracia participativa, eu penso que há um consenso bastante grande sobre isso. Seriam achegas importantes, por um lado, dar conta de que (...) falo em mais um aspecto, senhor professor do Instituto Superior Técnico, do qual eu saí e sou professor agora em outras matérias, em Ciências Sociais, mas falou na necessidade de fundamentar as afirmações, eu penso que é fundamental que para muita gente o facto da política ser uma carreira, as motivações dos políticos não são necessariamente a causa pública, o bem comum, será difícil justificar isto? Mas a gente olha para certos discursos e tem dúvidas muito sérias, se a verdadeira motivação dos políticos é a causa pública ou se é o seu partido, ou se é a sua carreira política.

Esta afirmação pode não ser fundamentada, mas aquilo que os *media* transmitem não pode deixar de influenciar também a opinião pública e este distanciamento, de dizer, não me interessa a política porque todos os políticos são a mesma coisa, são frases simbólicas, não são frases que queiram dizer rigorosamente que todos os políticos não prestam, mas o sentimento que fica é que eles não estão lá para defender, e eu volto à expressão causa pública.

O doutor César das Neves referiu-se a uma coisa que eram questões dadas como adquiridas há umas décadas atrás e que agora estão sendo postas em causa, e falou nos direitos humanos. Não concordo com ele porque eu penso que na linha dos direitos humanos há um claro progresso à escala mundial e europeia. Mas há um ponto em que realmente voltamos para trás é a noção de Bem Comum. Hoje há filosofias políticas que não reconhecem a existência de uma coisa que se chama bem comum e aqui voltamos para trás.

Vi em França um livro que se chama *O Bem Comum*, e eu disse: bolas o que é isto? Eu quando era estudante do Instituto Superior Técnico, a existência do Bem Comum era um dado adquirido, não se discutia, podíamos discutir o que está lá dentro, mas hoje podemos dizer que há quem ponha em causa a própria noção do bem comum, como há pessoas que põe em causa a própria noção de sociedade, só existem indivíduos.

Também há aspectos em que andámos para trás, em que por um lado é bom porque nos obriga a fazer um esforço de consolidar essas ideias e noções que tínhamos como adquiridas.

Finalmente, desculpem lá de puxar um pouco a brasa à minha sardinha, um problema que está tomar uma relevância política cada vez maior à escala mundial, por razões não necessariamente as mesmas que à escala nacional ou europeia, é o problema da pobreza, que está a assumir uma importância cada vez maior, até porque já começa a aparecer como uma ameaça à paz dos que não são pobres, e ao conforto dos que não são pobres.

É o tal princípio da externalidade, os ingleses têm uma expressão muito eloquente, eles falam em *enlighten selfish*. Há duas maneiras de ser egoísta: uma é ser egoísta tapado, e outra é ser egoísta esclarecido. E o egoísta esclarecido, pelo menos, evita que o seu egoísmo funcione contra ele próprio. Ora, nós já estamos numa situação de pobreza mundial em que ela se pode virar contra aqueles que podem tirar vantagem e, portanto, infelizmente eu digo hoje com muito à vontade, publicamente se queremos ser egoístas, pelo menos sejamos egoístas esclarecidos.

No caso da Europa, no caso português, em certo sentido isto aplica-se, porque muito ou uma parte da imigração descontrolada, é imigração de repulsão dos países de origem por falta de condições mínimas de vida. Costumo dizer que agora é que estão a regressar as caravelas. Mas o problema da pobreza é uma primeira prioridade, quer seja à escala mundial por razões da sua gravidade, e também à escala europeia e nacional, porque se é um problema menor é facilmente resolúvel e não há razão para o adiarmos. A pobreza não existe por acaso, é resultado de uma lógica e não se pode atacar a pobreza sem atacar essa lógica. Mas eu permitia-me dizer aqui com o peso que darão colectivamente, a prioridade do problema da pobreza e da exclusão, quer no contexto nacional quer no contexto mundial porque quer um quer o outro são hoje indissociáveis.

Interveniente não identificado

Eu creio que o professor Bruto da Costa colocou aqui questões muito interessantes, e que a mim me trazem à ideia o apelo, que aliás que começou por fazer, que são os nossos contributos para que o senhor general possa levar daqui algo que depois faça parte das conclusões deste Congresso.

Eu quero fazer um pedido aos militares de Abril, neste caso através do senhor general, eu percorro o país todo como dirigente associativo voluntário da Confederação, vou a aldeias, vou a pequenos locais, a grandes colectividades, com centenas de trabalhadores, com milhares e alguns já com perto de 1 milhão de euros de orçamento e tenho ficado surpreendido com aquilo que vejo.

Porque, a par de toda a filantropia deste movimento, estão homens e mulheres que hoje não podem desenvolver a sua actividade, por várias razões mas por uma que me preocupa fortemente que é o medo.

A nossa sociedade está cheia de medo e nós andamos iludidos, porque vemos certas pessoas nos *media* a expor as suas opiniões e iludimo-nos, pensamos que o que eles fazem todos nós podemos fazer. Eu creio que estamos redondamente enganados e pouco a pouco, nós temos vindo a perder condições de intervir em público.

Hoje há pessoas e não são tão poucas quanto isso, no seu espaço de trabalho só podem falar de futebol, que no seu espaço familiar falam do trabalho, e no espaço do futebol falam da família. Porque não podem nos sítios em que o acontecimento é importante para a sua vida, não podem falar sobre ele, porque se falarem sobre ele correm riscos de serem despedidos, por exemplo, de não lhes renovarem o contrato a seguir, e isto hoje acontece com dirigentes associativos.

A lei 20/2004 de 5 de Junho, que falei aqui há pouco, entra em vigor com o próximo Orçamento de Estado e nós, membros da Confederação que andamos a lutar por elas à décadas, naturalmente regozijamo-nos dela ter sido aprovada e andamos a fazer esta divulgação pelas colectividades, associações, federações. E já vieram ter comigo dezenas de dirigentes associativos, que são homens que intervêm na sociedade, não são pessoas passivas muito deles que já intervêm há 10, 20 ou mais anos como eu na sociedade. E vêm dizer eu não vou poder usar o estatuto de dirigente associativo porque no dia que o fizer, o meu padrão manda-me embora.

Temos aqui um caso concreto de pessoas que andaram anos e anos a lutar por esses direitos e agora não os podem utilizar, e tão pouco podem dizer que são dirigentes associativos e já não falo naqueles que não podem dizer que são sindicalizados, que são do partido A ou B. Mas estou a falar de pessoas que a sociedade os reconhecem como importantes e que prestam serviço social relevante à sociedade e não podem utilizar os seus direitos. Portanto há medo, há medo instalado na sociedade.

Portanto o apelo que faço para todos aqueles que ainda conseguem falar, primeiro é que não tenham ilusão por eles conseguirem falar, todos conseguem falar. Ponto dois: aqueles que ainda conseguem falar, e os militares de Abril representam do ponto de vista simbólico aquela parte da nossa sociedade que pode falar, que denunciem e rompam com esta situação. Porque ela agrava-se e parecendo que este assunto é dali da secção do lado que é da democracia, eu pergunto não há desenvolvimento se não houver massa crítica? E não há massa crítica se as pessoas tiverem medo, por isso estamos aqui com um duplo problema que tem que ver por um lado com a democracia, por outro com o desenvolvimento.

Humberto Rosa

Eu não resisti quando o professor Bruto da Costa referiu as “caravelas voltando”. Como aqui se criou um certo espírito de dizer mal do que disse o professor César das Neves, entre várias discordei e uma discordo em particular, que é aquela menção vamos extinguir-nos, não nos reproduzimos, parece-me completamente serôdio nos dias de hoje lastimar que uma parte do mundo por opção, se reproduza menos. E o que eu queria dizer é que quantos de nós temos antepassados que não eram europeus. O que temos a fazer é muito simples, se temos essa punção das caravelas voltando e de muita gente que quer vir procurar o bem-estar na Europa, tenhamos uma política de imigração aberta, serão europeus em muito pouco tempo e teremos ganho uma diversidade bem vinda na Europa.

É mais uma questão sobre o desenvolvimento que eu penso que é importante que é a Taxa Tobin, ou seja, a concorrência que faz ao investimento produtivo os investimentos especulativos, e portanto se o capital tem uma rentabilidade

elevada em certos mercados, logicamente noutros mercados, quando ela pode ter alguma rentabilidade, ou são mercados que são destinados a não ter rentabilidade como aqueles de intervenção social, na competição ficam desvalorizados. E a importância de haver mecanismos de controle globais que possam permitir a redistribuição e, aqui ponho também a questão da imigração, que é feita devido às graves condições de vida dos países de origem desses imigrantes e tem de haver de facto mecanismos internacionais de solidariedade que evitem as condições degradantes e desumanas de milhões de pessoas a nível mundial. Portanto, os países que actualmente são atractivos o que têm de pensar em relação a essa imigração é as condições graves dos países emissores, e um programa de solidariedade internacional que possa evitar esse atroz sofrimento.

Isabel Castro

Bom, a intervenção do doutor César das Neves foi muito estimulante e eu há uma coisa que não resisto e está implícita na intervenção dele. Porque a um dado momento ele fala de Europa, uma espécie em vias de extinção porque nós não nos reproduzimos e eu acho que era curioso que nos questionássemos ou que o ouvíssemos explicar o que é isso de nós europeus, ou que é isso de nós portugueses num país de mestiçagem onde seguramente ninguém pode afirmar que não tem sangue negro nas veias, é um total absurdo, é uma visão etnocêntrica, é uma visão completamente datada que eu acho aliás espantoso ser veiculada.

Mas eu também pegava nisto por causa de um elemento extraordinariamente bem introduzido pelo professor Bruto da Costa: a questão da pobreza. Eu penso que hoje, e isso é cada vez mais nítido, a pobreza e designadamente a da imigração, começa cada vez mais a ser uma imigração em resultado de factores ambientais. E essa é também um motivo adicional e um elemento que introduz uma caracterização um pouco diferente e eu acho que isto tem tanto ou mais relevância, que é uma tentativa a nível mundial de se procurar mercantilizar bens suportes de vida que são coisas que devemos considerar pura e simplesmente direitos fundamentais, enquanto direitos a que todos têm acesso. E é por isso que eu penso que é muito interessante consultar certas publicações que dão um pouco a análise do que aconteceu em alguns países da América Latina e da África, onde a privatização da água aconteceu e portanto onde se nega nesta nova lógica que colide um pouco com a ideia de garantia de direitos fundamentais, de serviços de interesse geral de acesso a coisas que são absolutamente necessárias.

A privatização da água em África, por exemplo, significou em algumas zonas temos um novo tipo de criminalidade, pessoas presas porque num dado momento não tendo condições económicas para aceder à água tiveram que a roubar para sobreviver. E eu penso que talvez esse seja um exemplo do absurdo a que alguma lógica começa a ficar desenvolvida pode vir no limite a nos remeter. E eu penso que essa é outra razão associada para que muitas das alterações que podem estar prestes a verificar-se em Portugal, quer no mercado da água, quer em algo muito sensível, quer a introdução em Portugal dos organismos geneticamente modificados, penso que deve haver uma atenção muitíssimo grande porque também aqui estão em jogo decisões políticas como consequências ambientais, sociais e económicas e sobretudo

decisões que em minha opinião não devem ser tomadas pelo político, se isso não corresponder à vontade colectivamente expressa da sociedade.

Encaminhamo-nos para o fim e se me permitem faço eu, dois ou três comentários. Não resisto sobre esta questão da Europa e Portugal virem a ser países ou regiões inviáveis, a contar uma pequena história de que eu fui protagonista pessoal e que o sítio e alguns dos protagonistas, pelo menos o António Abreu conhece.

Vivia eu no lar da associação do Instituto Superior Técnico, no final dos anos 60, que era também um endereço que o Abreu frequentava, embora não vivesse lá. Havia lá estudantes de diversas origens, incluindo das ex-colónias portuguesas, incluindo alguns que vieram a ser depois ministros de Angola e de Moçambique. E esta história passa-se com o arquitecto Júlio Carrilho, que depois foi ministro das obras públicas da FRELIMO. Vinha eu, o João Carrilho e mais um primo dele o Adelino Carrilho, engenheiro mecânico, vínhamos de almoçar da cantina do Técnico e íamos para casa, o lar de estudantes do Técnico, ainda hoje se chama República da Desordem dos Engenheiros, é na esquina da Rua Actriz Virgínia com a Almirante Reis e havia em frente uma tabacaria, onde nós comprávamos o *Diário de Lisboa*, uma tabacaria cujo dono era um senhor ligeiramente surdo, um homem de extrema-direita.

Portanto, o tipo bombardeava-nos sistematicamente com este comentário, este é um país desgraçado e não avança porque tem sangue árabe nas veias.

Dizia-me o Carrilho, este gajo é judeu. Ele tanta vez disse isto que eu e os dois Carrilhos, negros, vínhamos tranquilamente para casa e ele volta com a história, pois é um país desgraçado porque tem sangue árabe nas veias. E o Júlio Carrilho diz: “Oiça lá, ó senhor Garcia, porque não diz que tem sangue preto?”

O Garcia nunca mais disse que o país tinha sangue árabe nas veias das próximas vezes que fomos comprar o *Diário de Lisboa*.

Isto para sublinhar que uma das grandes potencialidades interessantes que este país tem é ser um país de mestiçagem como foi aqui dito. Não é um factor que contribua para que Portugal ou a Europa desapareça, pelo contrário, eu acho que é um factor de rejuvenescimento, um factor de mistura cultural, física e biológica importante e também de avanço, relativamente à Europa.

A meu ver, Portugal e a Europa não estão em vias de extinção alguma, porque exactamente esse cruzamento com outras civilizações, com outros bitolas só nos favorece. E quem de nós não tem antepassados nestes ou naqueles continentes? E ainda bem que é assim, e isso é uma virtude não é um efeito.

O apuramento que se dava nalguns tempos históricos em que eles casavam um com os outros, era pelo contrário o definhamento, e portanto apareciam pessoas com doenças cromossómicas por razões dessa natureza.

Um dos aspectos que me parece absolutamente decisivo para pôr em marcha políticas de desenvolvimento que sejam capazes, sustentáveis, um dos elementos é o reforço da democracia participativa, da intervenção da comunidade, das intervenções da sociedade, organizada ou não organizada. E no caso que foi bem aqui frisado, dos movimentos associativos e outras organizações, são um elemento estruturante de qualquer tipo de democracia participativa avançada porque é obviamente um parceiro com que tem de se contar e tem de ser activo nas políticas de desenvolvimento.

Sem democracia participativa não há seguramente desenvolvimento e muito menos desenvolvimento sustentável. A pobreza como foi muito bem sublinhado pelo professor Bruto da Costa e quem melhor para nos falar disso, é um dos mais relevantes problemas e se bem repararam alguns que tiveram a paciência de ouvir a minha intervenção, quando eu falei de que os contributos da sustentabilidade, primeiro ponto irradiação da pobreza, pois a pobreza é uma ameaça ao desenvolvimento sustentável que tem de ser equitativamente sustentável, tem de que ter solidariedade intergeracional e intrageracional. E é um ponto absolutamente estratégico nos dias de hoje. E ficávamos por aqui, foi muito estimulante esta tarde que aqui passamos. Boa tarde a todos.